

Um livro raro



Análise do livro de Karl Polanyi, *The Great Transformation (A Grande Transformação)*, da autoria de José Maria Castro Caldas, publicada no *Jornal Público* (Lisboa), 23 de Fevereiro de 1998.

KARL POLANYI FOI DURANTE MUITOS ANOS UM AUTOR esquecido pelos Economistas. De certo modo isso não é de estranhar porque a *Grande Transformação* é um livro que assenta desde a primeira página num equívoco. "A civilização do século XIX desmoronou-se" é a frase que abre o primeiro capítulo, onde logo de seguida se explica que a II Guerra Mundial, a decorrer enquanto o livro era escrito, significava o epílogo de uma época construída sobre o projecto utópico de uma sociedade inteiramente subordinada à instituição de mercado auto-regulado. Ultimamente, no entanto, as referências a Polanyi e a este livro têm-se tornado cada vez mais frequentes e vale a pena, portanto, ver se o que lá está justifica a Redescoberta.

Aprendemos com Adam Smith a considerar que a divisão do trabalho depende de uma propensão "natural" para a troca, e da existência de mercados. Em Polanyi, encontramos um apelo à história e à etnologia para mostrar que não existe qualquer vínculo entre divisão do trabalho e mercado. A divisão do trabalho predomina em comunidades em que os mercados, quando existem, funcionam apenas como locais de relacionamento económico com o Exterior.

Fomos convidados a pensar que, para efeitos de análise da vida económica, não correríamos demasiados riscos se reduzíssemos as motivações humanas ao interesse material dos indivíduos. Em Polanyi, pelo contrário, encontramos como regra um

indivíduo dependente do grupo, submerso nas relações sociais que lhe impõem códigos de conduta e o cumprimento de obrigações de reciprocidade, quase sempre incapaz de formular as suas motivações e de compreender as implicações das suas acções em termos de interesse individual. A excepção, própria de uma época histórica, é o homem motivado pela salvaguarda “do interesse próprio na posse de bens materiais”. O ganho, para Polanyi, é uma motivação específica da produção para a troca que só assume preponderância numa sociedade em que a produção colectiva de valores de uso foi marginalizada.

O século XIX transmitiu-nos a ideia de que a economia moderna é resultado de um processo espontâneo de alastramento progressivo dos mercados, que parte do local para o global. No quadro traçado por Polanyi, a origem dos mercados deve antes ser localizada no comércio de longa distância, e o processo da sua expansão nada tem de espontâneo, foi antes provocado por "estímulos altamente artificiais ministrados ao corpo social."

A existência de mercados auto-regulados implica que todos os “elementos da indústria”, incluindo o trabalho, a terra e o dinheiro, possam ser objecto de compra e venda. Foi-nos portanto ensinado que estes “factores” poderiam se tratados como mercadorias. "Mas o trabalho e a terra não são os próprios seres humanos de que toda a sociedade é constituída e o ambiente natural em que ela existe. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade a leis do mercado”. A implicação, para Polanyi, é devastadora: "Permitir que o mecanismo de mercado seja a única direcção para o destino dos seres humanos e do seu ambiente natural (...) teria como resultado a demolição da sociedade.”

Não é portanto de estranhar que, para Polanyi, a história do século XIX e da primeira metade do século XX seja não só a da construção do artifício do mercado auto-regulado, também a da resposta da sociedade à ameaça que ele representa. Só que, segundo o autor, mercado auto-regulado e protecção social não podem coexistir: “As medidas tomadas obstruíram a auto-regulação do mercado, desorganizaram a vida industrial e puseram, assim, a sociedade em perigo, mas de outra forma. Foi este o dilema que levou o sistema de mercado a um beco sem saída e que finalmente destruiu a organização social nele baseada.”

No futuro, Polanyi antevia a sociedade em que o trabalho, a terra e a moeda perderiam a sua característica de mercadorias fictícias. O salário deveria ser fixado por contrato privado

e a posse da terra regulada pelas instituições do mercado, a esfera monetária passaria a ser totalmente controlada por instituições estatais e os preços agrícolas e das matérias-primas seriam fixados pelas autoridades. O fim da sociedade de mercado não seria, **no** entanto, o fim dos mercados. Eles continuariam a assegurar a liberdade dos consumidores, a indicar as deslocações da procura, a influenciar os rendimentos dos produtores. Deixariam, sim, de subordinar totalmente a sociedade enquanto órgão de auto-regulação.

Em grande medida, o pós-guerra não desmentiu Polanyi. Mas a história não acabou onde no seu livro aparece escrito "fim". A II Guerra Mundial não foi um epílogo no sentido em que o recuo da utopia do mercado auto-regulado não foi definitivo. Muito pelo contrário, as medidas de protecção que prevaleceram no pós-guerra estão hoje em risco de se tornar um parêntesis na história. O que sucumbiu antes foram as tentativas de construção de sociedades sem mercado.

A utopia do mercado regressou em força, e as expressões de "horror" perante o "económico" regressaram com ela. O que é o debate actual senão a reposição do velho dilema de Polanyi? A sociedade, de diversos quadrantes, apela ao político para se defender do mercado. O político procura, em declarações de intenção, transmitir confiança, mas na verdade vai recuando perante o mercado, de desregulação em desregulação, sem saber para onde está *a* ser levado; sabendo só que não pode "desorganizar a vida industrial" nem pôr em causa a competitividade. Talvez seja este o "horror político" que Victor Constâncio contrapunha ao económico.

Vale por isso a pena voltar à "Grande Transformação". É um livro raro, e não só por difícil de encontrar nas livrarias. □